

Luciana Vargas Netto Oliveira ¹

**A SOBERANIA DOS ESTADOS SOB OS IMPACTOS DA
GLOBALIZAÇÃO E DA CONFIGURAÇÃO DO IMPÉRIO**

RESUMO: Com base na análise dos diferentes paradigmas de entendimento da soberania, o estudo visa compreender quais os impactos que o fenômeno da globalização econômica e seus desdobramentos nas áreas política e social têm causado na tradicional noção de soberania dos Estados-nação. Para isso, é essencial entender a noção de Império e sua conformação na contemporaneidade, bem como analisar as transformações ocorridas na base de produção material da sociedade e sua influência na forma de organização política em todo o planeta, principalmente sobre os Estados-nação, os limites de suas políticas e os reflexos sentidos por suas populações.

PALAVRAS-CHAVE: globalização; soberania; políticas públicas.

SUMMARY: From the analysis of different paradigms of comprehension of sovereignty, the present study intends to understand which impacts the globalization phenomenon and its consequences in political and social areas have caused on the traditional concept of sovereignty of the State-nations. In order to do so, it is essential to understand the concept of empire and its conformation in contemporary time, as well as to analyze the transformations that have taken place in the bottom of society's material production and their influences in the political organization of the whole planet, mainly over the State-nations, the limits of their policies and the reflections on their population.

KEYWORDS: globalization; sovereignty; public politics.

Data de recebimento: 05/04/04. Data de aceite para publicação: 01/09/04

¹ Assistente Social e Bacharel em Direito. Professora Auxiliar do Curso de Serviço Social - Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Unioeste - Campus de Toledo. A autora é Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: lucianavno@uol.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Os Estados modernos nasceram sob o pressuposto da soberania, entendida tradicionalmente como o poder inerente à nação de tomar suas decisões e políticas internamente e, ao nível externo, acordada como condição de não-interferência mútua entre as nações, que devem respeitar e serem respeitadas em seus limites territoriais e suas populações, elementos sobre os quais a nação possui plena autonomia.

Essas concepções sofreram profundas modificações com o fenômeno da globalização, não só econômica, mas que se estendeu a outras esferas da sociedade, bem como pelo advento do “Império”, termo utilizado por Hardt e Negri (2002), na obra *Império*, cuja centralidade é essencial para o entendimento do presente ensaio. Para os autores, o termo “Império” deve ser entendido como a nova formatação sóciopolítica e econômica do planeta.

Desse modo, as relações de produção se modificaram, as bases de produção material alteraram-se e, por sua vez, produziram mudanças que propiciaram a emergência de novas formas de poder, metamorfoseadas nas chamadas “empresas transnacionais”. O crescimento desse poder mundializado e difuso causou fissuras na autonomia e no poder soberano dos Estados-nação, que se encontram em declínio.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo compreender teoricamente a construção do conceito de soberania, seus diferentes paradigmas de concepção, bem como os impactos das transformações contemporâneas trazidas pela globalização e pela conformação do Império para a autonomia e soberania dos Estados nacionais.

Apesar das imprecisões e idéias conflitantes que o entendimento do termo “globalização” possa conter, torna-se imprescindível a pesquisa científica em torno desse objeto a fim de ser melhor compreendido, pois tem sido tema de inúmeros debates e divergências no meio acadêmico. Através da incursão teórica por discussões empreendidas por vários autores, procura-se entender os limites, as possibilidades e o futuro dos Estados-nação, em meio a esse contexto de alterações ocorridas no modo de produção capitalista hodierno.

2. O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO

Segundo Fernandes (1997), fatos históricos marcantes ocorridos entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990 determinaram um processo de rápidas mudanças políticas e econômicas no mundo. Até mesmo os analistas e cientistas políticos internacionais foram surpreendidos por acontecimentos, como, por exemplo, o fim da chamada “guerra fria”, o fim do socialismo real e a queda do Muro de Berlim em 1989; a desintegração da União Soviética em dezembro de 1991 e seu desdobramento em novos Estados soberanos como a Ucrânia, Rússia, Lituânia e outros; a formação de blocos econômicos regionais como a União Européia, o Nafta², o Mercosul³, dentre outros acontecimentos.

Após a Segunda Guerra Mundial e até praticamente 1989, ano da queda do Muro de Berlim, o mundo vivia no clima da “Guerra Fria”, que constituiu uma ordem mundial bipolar. Esse quadro se modificou com os eventos histórico-sociais ocorridos: de um sistema de polaridades definidas passou-se, então, para um sistema de polaridades indefinidas ou para a multipolarização econômica do mundo; do confronto ideológico, capitalismo *versus* socialismo real, passou-se para a disputa econômica entre países e blocos de países.

O grande beneficiário dessa mudança, historicamente rápida, foi o sistema capitalista, que pôde expandir-se praticamente hegemônico na organização da vida social, abrangendo as esferas política, econômica e cultural. Assim, o capitalismo mundializou-se e invadiu os espaços geográficos que até então se encontravam sob o regime de economia centralmente planejada ou nos quais ainda se pensava poder viver a experiência socialista.

Enquanto se realiza cada vez mais completamente, o mercado mundial tende a desconstruir as fronteiras do Estado-nação. Num período anterior, os Estados-nação eram os atores principais da moderna organização imperialista de produção e intercâmbio global, mas, para o mercado mundial, eles aparecem cada vez mais como meros obstáculos, de acordo com Hardt & Negri (2002).

Denominou-se “globalização” ao conjunto de transformações ocorridas na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos

² Nafta: *North American Free Trade Agreement*, ou seja, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

³ Mercosul: Mercado Comum do Cone Sul.

mercados numa “aldeia global”, explorada pelas grandes corporações internacionais. Os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e abrem-se ao comércio e ao capital internacional.

A globalização não deve ser encarada apenas do ponto de vista econômico, pois é um fenômeno complexo que envolve vários processos simultâneos e contraditórios, produtores de conflitos e de novas formas de estratificação e de poderes (Gómez, 1997, p. 15-16).

De acordo com Santos (2001), a globalização se alicerça em duas colunas centrais: o dinheiro mundializado e a informação. Porém, para os países mais pobres, esses aspectos parecem se formar como algo autônomo à sociedade: a informação é centralizada nas mãos de poucos, pois tudo passa por um filtro deformante, mesmo tendo tecnicamente a possibilidade de chegar a todo o planeta. Em relação ao capital, graças à sua volatilidade, o mundo se torna cada vez mais fluido. Com as redes de informação, os desdobramentos da globalização ultrapassam os limites da economia e provocam uma certa homogeneização cultural entre os países.

Conforme Hardt & Negri (2002, p. 315), uma das conseqüências geográficas da passagem de uma economia industrial para uma economia de informação é a descentralização da produção, o que dispersou as fábricas e esvaziou as cidades fabris: a rede de trabalho não requer território, nem centro físico.

A novidade da infra-estrutura de informação é que ela está embutida nos novos processos de produção e lhes é imanente. Em termos políticos, a rede de informações é a combinação de um mecanismo democrático com um mecanismo oligopolista. É democrático por ser horizontal e desterritorializado, como, por exemplo, a Internet⁴; é oligopolista por ter um único ponto de transmissão, como as redes de televisão, de rádio e jornais. Essas redes de comunicação em massa, apesar de oferecerem a promessa de uma nova democracia e igualdade social, na realidade criam novas linhas de desigualdade e exclusão porque a grande maioria da população mundial sequer tem acesso a essas novas tecnologias.

A globalização é marcada pela expansão mundial das grandes corporações internacionais⁵. Outro ponto que se destaca nesse processo

⁴ Rede mundial de computadores.

⁵ Essas corporações exercem um papel decisivo na economia mundial: segundo pesquisa do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo, em 1994 as maiores empresas do mundo (Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell) obtiveram um faturamento de 1,4 trilhão de dólares. Esse valor equivale à soma dos PIBs do Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e Nova Zelândia (Fernandes, 1997, p. 33).

é a mudança significativa no modo de produção das mercadorias: auxiliadas pelas facilidades de comunicação e dos transportes, as empresas transnacionais instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam as melhores vantagens fiscais, mão-de-obra e matérias-primas mais baratas. Essa tendência leva a uma transferência de empregos dos países ricos, que possuem altos salários e benefícios sociais e trabalhistas, para as nações industriais emergentes que não os tem, como, por exemplo, os países asiáticos.

Com um eficiente sistema de distribuição, as empresas enviam seus produtos para todas as partes do mundo; fazem uma intensa publicidade, enfatizando seu comércio, criando necessidades humanas inimagináveis, num mundo em que ainda não foram resolvidas questões básicas de sobrevivência de centenas de milhões de seres humanos.

O capitalismo atinge uma escala propriamente global. Além das suas expressões nacionais, bem como dos sistemas e blocos articulando regiões e nações, países dominantes e dependentes, começa a ganhar perfil mais nítido o caráter global do capitalismo. Declinam os estados-nações, tanto os dependentes como os dominantes. As próprias metrópoles declinam, em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados (Ianni, 1997, p. 39).

A globalização em si não é um acontecimento recente. Ela se iniciou já nos séculos XV e XVI, com a expansão marítimo-comercial européia, conseqüência do próprio capitalismo e continuou nos séculos seguintes. O que diferencia aquela globalização, ou mundialização, da atual é a velocidade e a abrangência de seu processo, muito maiores hoje. Mas o que chama a atenção na atual é, sobretudo, o fato de generalizar-se em vista da falência do socialismo real: quase todos os países do mundo tornaram-se capitalistas e globalizados.

Para Hardt & Negri (2002), há uma nova forma global de economia denominada “Império”, que não se confunde com a noção tradicional de “imperialismo”⁶. No entanto, as conseqüências da formação desse Império remontam às formas de imperialismo anteriormente existentes, pois trazem como reflexos a privatização, a terceirização, a desnacionalização e o sucateamento do patrimônio público, subordinando os interesses coletivos à lógica do capital.

O Império se apresenta como uma forma paradigmática de biopoder, com o objetivo de controlar a vida social como um todo. Assim,

⁶ Na opinião dos autores, “Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações européias um dia ocuparam” (Hardt; Negri, 2002, p. 14).

seu conceito caracteriza-se “fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites. Antes e acima de tudo, portanto, o conceito de Império postula um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço, ou que de fato governa todo o mundo civilizado. Nenhuma fronteira territorial confina seu reinado.” Além disso, apresenta-se “como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existentes” (Hardt; Negri, 2002, p. 14).

Nesse contexto, baseados na obra de Michel Foucault⁷, os autores afirmam que o poder seria expresso como um controle que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população, ao mesmo tempo em que se estende através da totalidade das relações sociais. Essa transição paradigmática lidaria, assim, fundamentalmente, com o paradoxo da pluralidade e da multiplicidade.

Os autores ressaltam o papel das corporações transnacionais, assim como das redes de comunicação, na medida em que as primeiras constroem o tecido conectivo fundamental do mundo biopolítico em importantes sentidos, e as últimas têm a função de organização do movimento de globalização. Com efeito, as grandes potências industriais e financeiras produzem não só mercadorias, mas também subjetividades, isto é, fabricam os produtores. Na esfera biopolítica, a vida é levada a trabalhar para a produção e a produção é levada a trabalhar para a vida. De igual forma, a linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e as ordena.

Desse modo, na atual fase histórica do sistema capitalista, vêm ocorrendo fusões de grandes empresas com ampliada concentração do poder político-econômico e aumento de sua influência cultural. Junto com os fundos de pensão, fundos mútuos de investimento e outras instituições similares, essas grandes empresas, com sede em países desenvolvidos, operam financeiramente no mundo inteiro.

Com exceção dos fundos de pensão, que precisam operar nos limites da prudência e com perspectiva de longo prazo, os demais fundos e outras instituições financeiras ou empresas, além de aplicar nos setores da indústria clássica e principalmente nos de tecnologia de ponta e de serviços, controlam usualmente os capitais voláteis ou de curto prazo. Esses fundos fazem investimentos especulativos nas bolsas

⁷ Michel Foucault (1926-1984), pensador estruturalista francês que elaborou uma análise original dos discursos que regem as instâncias de saber e poder da sociedade, além de criticar a psiquiatria e a psicanálise tradicionais.

de valores de todo o mundo; movimentando-se rapidamente em transações controladas por redes eletrônicas; ignoram fronteiras nacionais e buscam espaços geográficos que lhes ofereçam rentabilidade; fogem do controle dos Estados nacionais, cujos governos se sentem impotentes para discipliná-los.

As empresas transnacionais operam através de vários países simultaneamente e cresceram num ritmo acelerado: em 1997 eram mais 40.000; as duzentas maiores e mais importantes têm um volume de negócios superior a 25% da atividade econômica mundial, mas empregam menos de 0,75% da mão-de-obra do planeta⁸. Além disso, surgem anualmente entre quatro e cinco mil novas empresas transnacionais, mas o surpreendente é que apenas aproximadamente 600 dessas empresas controlam amplas áreas de atividades, constituindo o que a Organização das Nações Unidas (ONU) denomina de “galáxias econômicas”. Essas empresas são responsáveis pelo surgimento de 80 a 90% das novas tecnologias, o que lhes confere imenso poder de controle sobre a economia mundial, de acordo com Dowbor (1998, p. 85-86).

“O peso das transnacionais é reforçado pelo fato de que se trata cada vez menos de simples empresas que produzem em escala mundial, e cada vez mais de empresas organizadoras da produção, comercialização, financiamento e promoção, com impacto de reordenamento do universo econômico” (Dowbor, 1998, p. 86-87). Essas empresas se concentram cada vez mais em produtos “intangíveis” que geram renda e constituem um complexo sistema que envolve mídia, financiadores, distribuidoras, grandes escritórios de advocacia e sistemas de pressão política nos vários países onde atuam, tecendo uma vasta rede de interdependência e, conseqüentemente, de poder.

Em suma, as empresas transnacionais representam uma nova forma organizativa com grande concentração de capital, de poder, de capacidade de decisão e estrutura capaz de operar em redes, relativizando as fronteiras dos Estados-nação anteriormente estabelecidas e comandando a economia mundial. Influem sobremaneira no arranjo espacial e na organização do espaço geográfico das nações, segundo seus interesses ou conveniências. A flexibilidade de negociação dessas empresas em vários espaços geográficos simultâneos aumentou com a revolução científica da eletrônica, que rompeu as distâncias na comunicação: o simples aperto de uma tecla

⁸ Dados colhidos em Ignacio Ramonet em seu texto “*Regimes globalitaires*”, publicado no *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 1997 (citado por Capella, 2002, p. 241).

de computador pelos especialistas em mercado financeiro transfere milhões de dólares da bolsa de valores de um país para outro. Se o mercado é propício aos investimentos, o capital especulativo é transferido para o que chamam de mercado emergente, com uma rapidez nunca vista.

Ante esse contexto e determinações que o fenômeno da globalização impôs ao mundo, cabe analisar seus reflexos para as tradicionais formas de organização político-jurídica que se consolidaram na era moderna.

3. AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, A EMERGÊNCIA DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS E O DECLÍNIO DOS ESTADOS-NAÇÃO

As transformações já citadas, sob o ponto de vista de análise da obra de Karl Marx, ocorreram a partir do trabalho e do tipo de relações de produção historicamente desenvolvidas. Para Karl Marx, “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, em sua própria ação, mede, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (Marx, 1996, p. 297). Através dessa relação, os objetos naturais são transformados em valores de uso a fim de satisfazer as necessidades humanas e produzir os bens materiais imprescindíveis à reprodução das sociedades.

Através do trabalho, o homem estabelece relações com outros homens, relações essas que devem estar de acordo com as forças produtivas. Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas deve se coadunar com o tipo de relações de produção estabelecidas, o que dá origem à denominada “infra-estrutura” da sociedade, no pensamento de Marx. Essa base infra-estrutural determina a superestrutura, cujo conjunto forma a estrutura social.

As investigações de Marx (1984) levaram à conclusão de que as relações jurídicas e as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano. Essas relações têm suas raízes nas condições materiais de existência, em sua totalidade, relações que Hegel compreendia sob o nome de “sociedade civil”.

Isso ocorre porque, na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas e necessárias, independente de sua vontade. Essas relações correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.

“A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1984, p. 233).

Em determinadas épocas, as forças produtivas da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes ou com as relações de propriedade estabelecidas, transformando-se numa época de revolução social. Marx observa que se deve distinguir a transformação material das condições econômicas de produção, das formas ideológicas, ou seja, jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, sob as quais os homens adquirem ou podem adquirir consciência desse conflito. Uma sociedade jamais desaparece antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais o seu lugar antes que as condições materiais de existência tenham sido incubadas no seio da velha sociedade, como, por exemplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal, burguês moderno e a atual fase de globalização da economia.

Ainda, de acordo com Marx (1984), quando as relações de produção se alteram, elas transformam a superestrutura, ou seja, o direito, a religião, as organizações políticas, etc. A visão de Marx é radicalmente histórica e material, explicando o surgimento do capitalismo e do Estado moderno a partir da falência do modo de produção feudal, e não sob a visão idealista dos contratualistas.⁹

Hardt & Negri (2002, p. 241) apontam que, de acordo com Marx¹⁰, existe uma relação intrínseca entre capitalismo e expansão e esta tende a tomar a forma política do imperialismo, pois o capital opera mediante uma reconfiguração das fronteiras do interior e do exterior. A expansão constante é uma tentativa inadequada, mas necessária para saciar a necessidade de novos mercados, que é a essência do capital. Conforme ensina Marx, a relação desigual entre o trabalhador como produtor e o trabalhador como consumidor é a causa da necessidade de expansão do capital. Além disso, o trabalho se torna

⁹ Dentre os principais contratualistas podem ser citados Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, para os quais a formação do Estado moderno se deu a partir de um “contrato social” estabelecido entre os homens.

¹⁰ MARX, K. *O capital*. Trad. Ben Fowkes. New York: Vintage, 1976 (Volume 01).

cada vez mais produtivo: com o aumento da produtividade e o aumento da composição do capital, ele se torna uma parte cada vez menor do valor total das mercadorias, e, desse modo, precisa ampliar os seus domínios. A solução é descobrir mercados não capitalistas para permutar mercadorias e realizar o valor do capital.

Sob esse ponto de vista, o capital se amplia não só para satisfazer suas necessidades de realização e encontrar novos mercados, mas também para satisfazer os requisitos do momento subsequente do ciclo de acumulação: o processo de capitalização. A mais-valia¹¹ precisa ser reinvestida em produção, ou seja, convertida de volta em capital. Desse modo, ocorre a proletarização progressiva do ambiente não capitalista e a contínua reabertura dos processos de acumulação produtiva, pois o ambiente não capitalista é submetido formalmente ao capital.

A contradição fundamental da expansão capitalista é que a confiança do capital no seu exterior (não-capitalista) satisfaz a necessidade de realizar a mais-valia, mas entra em conflito com a internacionalização do ambiente não-capitalista, que satisfaz a necessidade de capitalizar aquela mais-valia realizada. Ou seja, a necessidade do capital precisa sempre ser alimentada com novos mercados e novas fronteiras, porém a terra é finita. Apesar de o imperialismo ter sido o método histórico de prolongar a vida do capitalismo, é também o meio de levá-lo a um possível fim.

Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que as relações de produção no capitalismo vêm se alterando ao longo das últimas décadas de modo a causar uma significativa mudança na base material da sociedade: o fenômeno da globalização e suas conseqüências. Essas alterações na infra-estrutura provocam mudanças na superestrutura, ou seja, nas relações jurídicas e nas formas já consagradas de Estado concebidas na era moderna. Consoante Capella (2002, p. 255), o poder político, até então relativamente bem delimitado entre espaço público e espaço privado, passa a se constituir pela inter-relação de um “soberano privado supra-estatal difuso” e um “Estado permeável, aberto e poroso”. “O soberano privado supra-estatal está constituído pelo poder estratégico conjunto das grandes companhias transnacionais e sobretudo, hoje, dos conglomerados financeiros. Impõe-se mediante

¹¹ A mais-valia pode ser entendida como a diferença entre o valor do produto em si e o valor do capital envolvido no processo de produção. O último é constituído por duas partes: o capital constante (valor gasto em meios de produção) e o capital variável (pagamento pelo dispêndio da força de trabalho). A mais-valia é, portanto, a diferença entre o valor da força de trabalho no início do processo e o valor produzido por essa força de trabalho em ação, que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca, uma vez que os resultados do trabalho excedente não são remunerados pelo capitalista (Bottomore, 1998, p. 227).

instâncias convencionais interestatais, como o G7 (conferências do grupo dos países mais industrializados), central para a regulamentação do comércio mundial; de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (...); também através de instâncias privadas de criação de direito como as que se estabelecem para inter-relacionar-se os grandes grupos econômicos transnacionais” (Capella, 2002, p. 258-259).

De outro lado, encontra-se o “Estado permeável ou aberto”, que experimenta uma clara perda de soberania em sua capacidade para determinar as políticas econômicas e sociais que implanta, bem como uma perda de sua capacidade de regulação da legislação trabalhista. Em primeiro lugar, está obrigado a privatizar o antigo setor público e, em segundo, a mercantilizar os serviços públicos, sem abandonar suas funções tradicionais. Uma das contradições fundamentais desse processo é a convivência entre a tradicional lógica do poder territorializado e a do poder crescentemente desterritorializado do capitalismo globalizado. Para Vieira (2001, p. 94), “os governos defrontam com uma capacidade de regulação e de controle bastante diminuída, restringindo-se ao papel reduzido de administradores do ajuste da economia no plano nacional, com o objetivo de ganhar competitividade no mercado global e assegurar o clima de confiabilidade capaz de atrair investidores.”

Santos (2001, p. 66) confirma: “Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante.” Com essas transformações, pergunta-se: — Quais as conseqüências da perda ou da limitação do alcance da soberania dos Estados nacionais para suas populações? — Como o processo de atuação das empresas transnacionais e organismos internacionais interfere no desenvolvimento de cada nação, particularmente das nações pobres? Para tentar responder a essas questões, entretanto, é preciso compreender primeiro o significado de soberania, seus argumentos teóricos e paradigmas conceituais.

4. A COMPREENSÃO DA CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA SOB DIFERENTES PARADIGMAS

Conforme Hardt & Negri (2002), a soberania moderna é um conceito europeu que, apesar de ter emanado da Europa, nasceu e se desenvolveu em grande parte por intermédio das relações da Europa

com o exterior, e particularmente por intermédio do seu projeto colonial e da resistência do colonizado. São duas faces complementares e de igual duração, de um mesmo desenvolvimento: domínio dentro da Europa e domínio europeu sobre o mundo.

Thomas Hobbes (citado por Weffort, 1991, p. 53), cuja teoria previa a existência de um governante soberano definitivo e absoluto sobre seus súditos, desempenhou papel fundamental na moderna construção de um aparelho político transcendente. Com efeito, a transição fundamental foi alcançada mediante um “contrato”, que transferiu todo o poder autônomo da multidão para um poder soberano situado acima dela e que a governa. Na opinião de Hardt & Negri (2002), na formulação contratualista o conceito de soberania moderna nasce em um “estado de pureza”: o contrato de associação é intrínseco ao contrato de subjugação e é dele inseparável. Esse modelo de soberania apresenta a primeira solução política para a crise da modernidade.

Entretanto, ressalta-se que existe outro elemento, de conteúdo muito importante, na base da moderna teoria de soberania, que é o capitalismo, cuja relação com a forma é plenamente articulada na obra de Adam Smith, citado por Carnoy (1994, p. 312). Sob sua visão utilitarista, a esfera da produção mantém-se por si mesma e organiza a sociedade: o “melhor Estado” é o “menor Estado”. A teoria do valor de Smith foi a alma e a substância do conceito do moderno Estado soberano.

Em Hegel¹², a síntese da teoria de soberania moderna e da teoria do valor produzido pela economia política capitalista é finalmente realizada, assim como em sua obra há uma perfeita realização da consciência da união dos aspectos absolutistas e republicanos, ou seja, dos aspectos hobbesianos e rousseauianos da teoria da soberania moderna.

Dessa forma, para os autores referenciados, quando a síntese de soberania e capital é plenamente alcançada, e a transcendência do poder é completamente transformada no exercício transcendental da autoridade, a soberania se torna uma máquina política que governa toda a sociedade. Portanto, além de ser um poder político contra todos os poderes políticos externos, um Estado contra todos os demais Estados, a soberania é também um poder de polícia.

O conceito de nação na Europa se desenvolveu no terreno do Estado patrimonial e absolutista. Atingiu o seu ápice com a substituição deste modelo pela fundação teológica do patrimônio por uma nova

¹² HEGEL. *Elements of the Philosophy of Right* (citado por Hardt; Negri, 2002, p. 105).

fundação igualmente transcendente, quando então o território físico e a população foram concebidos como extensão da essência transcendente da nação. Conforme Hardt & Negri (2002, p. 112), o conceito moderno de nação herdou, dessa maneira, o corpo patrimonial do estado monárquico e o reinventou com outra forma.

Nesse contexto, o trabalho de Jean Bodin¹³ inicia o pensamento europeu que leva ao conceito de soberania nacional ao afirmar que esta se configura num poder absoluto e perpétuo, ou seja, não pode sofrer limitações de poder, cargo ou tempo, nem pode ter seus problemas resolvidos enquanto apegados a uma idéia contratualista ou de direito natural. Após descartar a idéia do direito natural e as perspectivas transcendentais, Bodin apresenta uma figura do soberano, ou antes, do Estado, que realisticamente constrói sua própria origem e estrutura. O Estado moderno surgiu dessa transformação, e só ali pode continuar a se desenvolver.

Após Bodin, nos séculos XVII e XVIII desenvolveram-se, a partir da Europa, simultaneamente, duas escolas de pensamento que também concediam ao tema da soberania papel central: a tradição do direito natural e a tradição realista (ou historicista) da Teoria do Estado. Como em Bodin, essas duas escolas continuamente afrontaram a crise da concepção teórica de soberania, por sua vez continuamente reaberta pelos poderes antagônicos da modernidade e pela construção jurídica e administrativa da figura do Estado.

Entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, o conceito de soberania nacional no pensamento europeu atingiu sua plenitude. Com a obra de Emmanuel-Joseph Sieyès¹⁴, a nação se tornou explicitamente o conceito que resumia a solução hegemônica burguesa para o problema da soberania.

A partir de então, o conceito de povo também passou a ser fundamental, pois, assim como o conceito de nação completa a noção de soberania, o conceito de povo completa o de nação, mediante outra regressão lógica simulada. Contudo, apesar de “o povo” ser proposto como base originária da nação, o conceito moderno de povo é, na verdade, produto do Estado-nação, e só sobrevive dentro de seu contexto ideológico específico.

Em resumo, a construção de uma identidade nacional garante uma legitimação continuamente reforçada, e o direito e o poder de uma unidade intocável. Conforme ressaltam os autores já citados, esta

¹³ BODIN, J. *Six books of common wealth*. Trad. M. J. Tooley. Oxford: Blackwell, 1955, Livro VI, Cap. 6 (citado por Hardt; Negri, 2002, p. 115).

¹⁴ SIEYÈS, E. J. *Qu'est que le Tiers État?* Genebra: Droz, 1970 (citado por Hardt; Negri, 2002, p. 119).

é uma mudança decisiva no conceito de soberania que, unido aos conceitos de nação e de povo, muda seu epicentro da mediação de conflitos e crises para a experiência unitária de uma nação-sujeito e sua comunidade imaginada. Por outra via de entendimento, Foucault (1999) contesta a teoria da soberania como forma de explicar a gênese ideal do Estado, tal como formulada pelos contratualistas e explica, através da teoria da dominação, a formação do Estado moderno.

Para a teoria da soberania, o indivíduo é dotado de direitos naturais ou de poderes primitivos e a lei é a manifestação fundamental do poder. Desse modo, o poder central se encontra nos direitos e nos meios de guerra, ocorrendo a identificação entre o povo e seu monarca, entre a nação e a soberania. A “guerra de todos contra todos” que provocou o nascimento do Estado moderno, segundo a formulação de Hobbes¹⁵, continua depois de formado o Estado, pois é uma guerra permanente. A guerra que ele descreve é uma guerra de igualdade e não de diferenças.

De modo oposto, Foucault (1999) explica, através da teoria da dominação, que a própria relação entre os sujeitos determina os elementos de poder, cuja origem está numa multiplicidade de relações de forças que se entrecruzam e numa multiplicidade de sujeições, nas quais diferentes operadores de dominação atuam. Para esse autor, a guerra é o pano de fundo permanente de todas as instituições de poder, pois precedeu ao nascimento do Estados. Ele ressalta que o discurso histórico-político sustenta a teoria da dominação, assim como o discurso filosófico-jurídico sustenta a teoria da soberania.

O discurso histórico-político surge depois das guerras de religião, no início do século XVII e possui uma dimensão histórica concreta, pois o sujeito do qual se fala é real e inserido nas batalhas, não está acima delas. A guerra permanente coloca cada um num campo ou no outro, sendo a guerra o motor das instituições e da ordem. Esse discurso prega um vínculo fundamental entre as relações de força e as relações de verdade, invertendo os valores tradicionais e produzindo uma fissura no discurso da verdade e da lei mantido por séculos através do discurso filosófico-jurídico. Com sua explicação da sociedade e da ordem visíveis pela base, o discurso histórico-político refaz a idéia de nação. Na concepção de Foucault (1999), o discurso parte da idéia de descontinuidade, não é dado, mas deve ser “escavado”, procurado em camadas que se sobrepõem, com lógicas e saberes diferentes entre si.

¹⁵ HOBBS, T. *Leviatã*. 1651 (citado por: WEFFORT, F. C. (Org). *Os clássicos da política*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 53).

Há uma certa lógica no discurso, mas não há pureza, pois ocorre uma intermediação entre aquele que transmite e a interpretação daquele que recebe.¹⁶

Desse modo, a partir da teoria da dominação e do discurso histórico-político que a sustenta, percebe-se que o sujeito em Foucault é empírico, analisado em situações concretas e não universais, é entrelaçado por discursos, por poderes e por estratégias de autoconstrução, sendo essas as dimensões constitutivas do sujeito. Foucault (1999) desconstrói, assim, a clássica teoria da soberania, cuja explicação parte da sociedade vista de cima e do sujeito visto como universal e acima das disputas reais.

Ainda dentre as concepções de soberania, Hardt & Negri (2002, p. 349) afirmam que o fim do colonialismo e o declínio da nação indicam uma transição geral do paradigma de soberania moderna para o paradigma de soberania imperial, apesar de terem aparecido diversas teorias pós-modernistas e pós-colonialistas desde a década de 1980, mas sob perspectivas bastante limitadas. Isso ocorre porque essas teorias não reconhecem adequadamente o objeto de crítica contemporâneo, isto é, se confundem sobre quem é o inimigo de hoje. Essas teorias apontam para o Império, mas de maneira vaga e confusa, sem consciência do salto paradigmático que a transição representa.

Na verdade, os autores consideram mais importante, nas diversas correntes de pensamento pós-modernistas e pós-colonialistas, o fenômeno histórico que elas representam, uma vez que simbolizam uma ruptura na tradição da soberania moderna, demonstrando uma nova capacidade de pensar fora da moldura de binários e identidades modernas, com um pensamento de pluralidade e multiplicidade, indicando a transição para a constituição do Império. Dessa forma, chega-se assim a uma série de distinções que marcam conceitualmente a passagem da soberania moderna para a soberania imperial, principalmente a partir do espaço territorial da soberania para o difuso “não-lugar” do império.

5. OS LIMITES DA SOBERANIA E O FUTURO DOS ESTADOS NACIONAIS

Conforme mencionado, a mudança de paradigma de produção para o modelo de redes fomentou o poder crescente das empresas

¹⁶ Por isso a idéia da perspectiva arqueológica em Foucault e sua noção eminentemente histórica do sujeito. Sua obra se destina a analisar as relações do homem com o saber, com o poder e consigo mesmo (Fonseca, 2002, p. 84).

transnacionais, além e acima das tradicionais fronteiras dos Estados-nação, acirrando a disputa de poder existente entre capitalistas e Estado. Marx e Engels, cujas obras foram analisadas por Hardt & Negri (1994, p. 139-176)¹⁷ em relação à Teoria do Estado, caracterizam “o Estado como a diretoria executiva que administra os interesses dos capitalistas” em sua coletividade.

A dialética entre o Estado e o capital assumiu diferentes configurações nas diferentes fases do desenvolvimento capitalista. Hoje as empresas transnacionais ultrapassaram a autoridade e a jurisdição dos Estados-nação. Porém, sem o Estado, o capital não tem como se projetar e realizar seus interesses coletivos, apesar do conceito de soberania ter, relativamente, perdido a eficácia, bem como a autonomia política. Governo e política foram completamente integrados ao sistema de comando transnacional, desaparecendo a noção de autonomia do político.

Na contemporaneidade, ocorre o declínio do tradicional sistema constitucional nacional e parece haver um conjunto desordenado e caótico de controles e de organizações representativas. Esses elementos constitucionais globais estão divididos por função e conteúdo e são atravessados por uma série de atividades produtivas. A estrutura de poder é piramidal, composta de três camadas, segundo Hardt & Negri (2002, p. 330-333).

No primeiro nível da primeira camada, ou seja, no cume estreito está a única superpotência, os Estados Unidos; no segundo nível há um grupo de Estados-nação que controla os instrumentos monetários globais como o G7, os Clubes de Londres e Paris, e outros; no terceiro nível existe um conjunto de associações que possuem poder cultural e biopolítico global. Na segunda camada estão alocadas as redes de empresas capitalistas transnacionais, que distribuem capitais, tecnologias, bens e populações em nível global, construindo vastas redes de comunicação e oferecendo a satisfação das necessidades; abaixo e subordinados ao poder dessas empresas, situa-se o conjunto geral de Estados-nação, restritos territorialmente, cuja função é captar e distribuir os fluxos de riqueza de e para o poder global, além de regular suas próprias populações. Na terceira e mais ampla camada localizam-se os grupos e organizações que representam interesses populares através de mecanismos de representação da sociedade civil global, como, por exemplo, organizações religiosas, organizações não-

¹⁷ HARDT, M.; NEGRI, A. *Labour of Dionysus*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994 (citados por Hardt; Negri, 2002, p. 325).

governamentais, dentre outras. Nesse sentido, percebe-se a impotência dos Estados-nação para realmente definir suas diretrizes e implantar políticas públicas necessárias ao desenvolvimento de suas populações. Como se percebe através da estrutura piramidal do poder mundial, antes dos interesses dos Estados menos desenvolvidos há uma enormidade de fatores e poderes que, globalizados e fortemente garantidos, inclusive militarmente, forçam a direção e os rumos políticos e econômicos de todos os países e suas populações.

Por outro lado, enquanto se realiza cada vez mais completamente, o mercado mundial tende hoje a relativizar as fronteiras do Estado-nação. Num período anterior, os Estados-nação eram os atores principais da moderna organização imperialista de produção e intercâmbio global, mas para o mercado mundial eles aparecem hoje como obstáculos.

Na opinião de Montaño (1999), emerge a estratégia de repasse da órbita do Estado, com a “lógica democrática”, para a sociedade civil, com a “lógica da concorrência”. O Estado-nação é, hoje, capitalista e do capitalismo, e não independe do sistema sócioeconômico e político que o criou. Segundo o autor, “O Estado moderno é, na verdade, uma criação do mesmo projeto instaurador da ordem burguesa, é parte do processo que colocou os proprietários dos meios de produção no controle do poder político-econômico” (Montaño, 1999, p. 49).

O Estado moderno é criado, não exclusivamente, mas fundamentalmente, para garantir a propriedade privada, portanto, tem uma lógica fundante e essencial à sua natureza: é o Estado de uma sociedade regida pelo capitalismo e participa, então, da “lógica do capital”. Conforme Antonio Gramsci, citado por Coutinho (1992), além do caráter de classe e da função opressiva do Estado, acrescentam-se duas novas determinações: a socialização política e a diferenciação de suas esferas, a “sociedade política” e a “sociedade civil”.

O Estado configura-se, então, como um Estado da coerção e do consenso. Na medida em que não se pode sustentar com o uso exclusivo da força para o desenvolvimento da lógica capitalista, ele precisa de um mínimo de aceitação necessária. Assim, a participação, a cidadania e a democracia são utilizadas tanto para legitimar o poder, a dominação e o *status quo*, quanto para lutar contra eles e contra as desigualdades sociais.

Portanto, não há contradição entre capitalismo e Estado, pois são plenamente compatíveis, são partes de um mesmo processo histórico e sustentam um do outro. Na verdade, a contradição aparece

entre o capitalismo e o entendimento sobre cidadania e democracia. Se o Estado contém essas duas lógicas (do capital e da democracia), ele contém uma contradição em si mesmo. Para resolver esse dilema, Montaño (1999) afirma que basta deslocar a questão da legitimação da ordem, da órbita do Estado para as lógicas da sociedade civil, entendida como conceitua o liberalismo, como tudo aquilo que está fora do Estado, ou seja, o poder absoluto é o do grande capital, a lógica da “livre” concorrência, o Estado deve ser mínimo e não-intervencionista.

Nesse sentido, capital e soberania parecem ser uma combinação contraditória. A soberania moderna baseia-se na transcendência do soberano e opera por meio de fronteiras fixas entre territórios, populações e funções sociais, ou seja, opera mediante o estriamento do campo social. O capital opera no campo da imanência, através de redes de relações de dominação, sem recorrer a um centro transcendente de poder, destruindo as fronteiras sociais e envolvendo sempre novas populações dentro de seus processos.

A transcendência da soberania moderna entra em conflito com a imanência do capital, mas historicamente o capital tem se baseado na soberania e no apoio de seus instrumentos de direito e de força, apesar de essas mesmas estruturas obstruírem, na prática, a operação do capital. A sociedade civil serviu num determinado período histórico como mediadora entre a soberania e o capital, mas com a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, a sociedade civil está em crise. A queda das instituições, o definhamento da sociedade civil e o declínio da sociedade disciplinar causam uma suavização do estriamento do moderno espaço social – surgem as redes da sociedade de controle.

A soberania tornou-se virtual e é efetivada sempre e em toda parte pelo exercício da disciplina. O que mudou é que os dispositivos disciplinares se tornaram menos limitados e vinculados espacialmente no campo social. A transição para a sociedade de controle envolve uma produção de subjetividade que não está fixada em identidade, mas é híbrida e modulada.

Na transição da soberania para o plano de imanência, o colapso das fronteiras ocorreu dentro de cada contexto nacional e em escala global. A queda da sociedade civil e das instituições disciplinares coincide com o declínio dos Estados-nação como fronteiras que marcam as divisões do governo global, juntamente com a expansão do mercado mundial e a submissão da sociedade global ao capital. O mercado mundial requer um espaço liso de fluxos não codificados e

desterritorializados, desaparecendo as noções de “Terceiro Mundo”, centro e periferia, Norte e Sul. O declínio dos Estados-nação não é somente resultado de uma posição ideológica, mas, sim, de um processo estrutural e irreversível, que se consolida com a criação de corpos jurídico-econômicos como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, dentre outros.

A equiparação geral ou o alisamento do espaço social não significa que as desigualdades e segmentações sociais tenham desaparecido. Ao contrário, elas se tornaram mais graves, porém numa forma diferente. As tecnologias da informação têm sido usadas para enfraquecer as resistências estruturais da força de trabalho, impondo a flexibilidade temporal e a mobilidade espacial. A política imperial de trabalho é projetada para reduzir o preço do trabalho, pois as novas normas de produtividade diferenciam e segmentam os trabalhadores. O constante medo da pobreza e a ansiedade sobre o futuro são as chaves para criar entre os pobres uma disputa pelo emprego e manter o conflito no proletariado imperial: o medo é garantia definitiva de novas segmentações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da nova ordem política e econômica contemporânea, constata-se que vem ocorrendo uma perda gradual de autonomia dos Estados nacionais. Os desdobramentos da globalização têm causado desemprego na maioria dos países, desafiam o poder tradicional dos governos e passam para as pessoas a noção de que o mundo se transformou num ambiente selvagem. Por mais que os estudiosos apresentem argumentos favoráveis a essa mutação econômica, a imagem que ela tem é a dos saques da Indonésia, de empresas fechadas na Argentina e das filas de desempregados no Brasil, por exemplo.

A ampliação do poder das multinacionais tem promovido uma concorrência perversa entre os Estados. A globalização financeira tem limitado a capacidade dos Estados nacionais de promoverem políticas expansionistas sob o risco de serem submetidos à exclusão do mercado mundial de capitais e aos ataques especulativos de suas moedas, com graves conseqüências para a estabilização.

Essa forma de globalização favorece os países que concentram maior poder econômico e diminui a autonomia política e decisória dos Estados que, adotando uma inserção subordinada à lógica da “Nova Ordem Mundial” passam a reduzir impostos de importação, recuar nas

conquistas sociais e sindicais, além de submeter suas políticas e legislações aos interesses dos países centrais.

Segundo Offe (1998), o Estado “[...] torna-se muito dependente dos investimentos privados e começa a fazer o que as empresas quiserem para não perder força econômica. Vira uma relação desigual, em que o mercado tem todas as fichas na mão. Em última instância, isso acaba afetando a confiança na democracia. As pessoas se perguntam então para que serve a democracia se as decisões estão sendo tomadas onde não temos influência.”

Embora os impactos sociais sejam semelhantes em escala mundial, são os países da África, da América Latina e do Leste Europeu que sofrem de forma mais aguda e acelerada as conseqüências dos programas de ajustamentos econômicos neoliberais dos grandes organismos internacionais, agravando a pobreza e levando a miséria e o desespero para extensas camadas sociais. O desafio que esse quadro impõe é o de definir uma política de controle das ações das corporações transnacionais e dos capitais de curto prazo, principalmente porque possuem enorme poder econômico e político, além de centros de decisão descentralizados.

Assim, a plena soberania dos Estados-nação está em declínio. A tradicional divisão político-geográfica nascida com o advento do Estado moderno entre níveis de governo – o Estado nacional, os governos regionais e locais – e que tradicionalmente serviram de referência para a definição e resolução de problemas, bem como para implantação de políticas públicas, não respondem mais à forma como os problemas se colocam. Como as questões a serem resolvidas se manifestam em nível planetário e as instâncias governamentais continuam amarradas aos limites de um país, um Estado ou um município, emergem os atores transnacionais com poderes para propor soluções e direcionar políticas que lhes sejam favoráveis, sem qualquer controle público sobre eles.

No entendimento de Hardt & Negri (2002), para desafiar o Império, resistir a ele e a seu mercado mundial, é necessário propor alternativas que atinjam todo o planeta. A globalização deve ser enfrentada com uma contra-globalização, e o Império, com o que os autores denominam de “contra-Império”. Ao contrário do que ocorria no período em que Marx viveu, as relações de exploração capitalista não se limitam mais à fábrica, mas tendem a ocupar todo o terreno social. As relações sociais cobrem todas as relações de produção, tornando-as inseparáveis, bem como já não possuem um lugar determinado. As novas forças produtivas ocupam todos os lugares e

são exploradas nesse não-lugar indefinido. O Império é o não-lugar de produção mundial, onde o trabalho é explorado.

Percebe-se que não é fácil o embate contra esse estado de coisas. O povo não se rebela porque a identificação do “inimigo” não é fácil, pois a exploração não possui lugar específico e o sistema de poder é tão profundo e tão complexo que não se consegue identificar de onde vem a opressão. Mesmo assim, existe resistência: o poder imperial já não pode disciplinar os poderes da multidão; apenas impor controles sobre as capacidades sociais e produtivas gerais. Do ponto de vista econômico, o regime salarial é substituído por um sistema monetário flexível e global; o comando normativo é controlado pela polícia; o exercício da dominação é forçado através de redes de comunicação.

Conforme Hardt & Negri (2002), a ação da multidão se torna política quando começa a fazer face consciente e diretamente às operações repressivas centrais do Império, contrariando e subvertendo os limites impostos à nova força coletiva de trabalho. O primeiro elemento de um programa político para a multidão é o estabelecimento da cidadania global. O direito de controlar seu próprio movimento é a demanda definitiva da cidadania global, que se configura como o poder do povo de se reapropriar do controle sobre o espaço.

Desse modo, podem-se citar algumas iniciativas de resistência a partir das manifestações populares contra dirigentes das grandes organizações mundiais que, ao se reunir em diferentes locais do mundo para definir suas diretrizes, encontram movimentos organizados de protestos. Outro exemplo na construção da chamada cidadania global são os Fóruns Sociais Mundiais já realizados, que procuram alternativas antiglobalização a partir do encontro e da identificação entre diferentes povos na busca por um mesmo objetivo. Também se podem citar os movimentos de manifestação e de protestos ocorridos ao redor de todo o mundo contra a guerra declarada pelos Estados Unidos ao Iraque, em 2003. São passos, ainda que tímidos, para a construção de uma futura cidadania global.

Uma segunda demanda da multidão, de acordo com os autores já citados, origina-se da produção biopolítica: um salário social (que se estende para além da família) e uma renda garantida para todos (renda de cidadania). Nesse sentido, procura-se a preservação da vida e os mínimos necessários para a sobrevivência das populações, uma vez que não haverá espaços socio produtivos para que todos atuem no mercado de trabalho da maneira como está configurado. Paraphrasing Santos (2001, p. 170-171), a história ainda não acabou, mas apenas

começa. “Antes havia uma história de lugares, regiões, países. [...] Somente agora a humanidade pode identificar-se como um todo e reconhecer sua unidade, quando faz sua entrada na cena histórica como um bloco.” Em suma, podem-se vislumbrar possibilidades a serem efetivamente criadas globalmente a fim de construir novas formas de resistência ao Império, não somente a partir de modificações no mundo material e tecnológico, mas também a partir do aperfeiçoamento contínuo dos sujeitos envolvidos na construção de sua história em busca de igualdade e democracia.

7. REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CAPELLA, J. R. *Fruto proibido*. Uma aproximação histórico-teórica ao estudo do Direito e do Estado. Trad. Gresiela N. da Rosa e Lédio R. de Andrade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.
- CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1994.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DOWBOR, L. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FERNANDES, L. “Globalização e agenda neoliberal”. In: ---. *Dilemas da atualidade: globalização, neoliberalismo, crise do Estado, reestruturação produtiva, questão agrária e desafios do sindicalismo*. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 1997.
- FONSECA, M. R. *Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica*. São Paulo: LTR, 2002.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOMEZ, J. M. *Globalização da política: mitos, dilemas e realidades*. Rio de Janeiro: Praia Vermelha, 1997.
- HARDT, M.; Negri, A. *Império*. Trad. Berilo Vargas. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARX, K. *O capital*. Trad. Regis Barbosa e Flávia R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Vol. 1).
- MARX, K. “Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, K.; ENGELS, F.: *História*. Organização de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- MONTAÑO, C. E. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”. *Revista Serviço Social e Sociedade* - nº 59 - Ano XX - Março de 1999.
- OFFE, C. *O novo poder*. Entrevista concedida à Revista VEJA, 08/04/1998.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- WEFFORT, F. C. (Org.). *Os clássicos da política*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.